

O INFORMATIVO SEMANAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA

Abiquim Informa

Ano 31 - nº 754 – 11 de agosto de 2020

ABIQUIM

SINDICATO PROMOVENDO AGRADOS E PROFISSIONALISMO



Atuação Responsável
Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade



LIVE DA ABIQUIM

Novo Marco Legal do Saneamento deve gerar benefícios na saúde da população, atrair investimentos e empregos

Reprodução: YouTube/Abiquim



A live “Novo Marco Legal do Saneamento” promovida pela Abiquim, no dia 7 de agosto, reuniu o secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa; o presidente da Unipar e presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria de Cloro, Alcalis e Derivados (Abiclor), Mauricio Russomanno; e o diretor executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto, que debateram sobre os benefícios para a sociedade e oportunidades para o crescimento da indústria com a aprovação do Projeto de Lei 4.162/2019, que gerou a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico.

O secretário Especial Carlos Alexandre Da Costa destacou que 100 milhões de brasileiros não possuem saneamento básico e 34 milhões não têm acesso à água encanada. “Temos mais acesso a smartphones do que

ao saneamento, a televisão tem mais penetração do que água tratada e isso não faz sentido. Além de levar saneamento e água tratada para milhões de brasileiros, a aprovação do PL deve gerar 500 mil empregos nos próximos anos com a expansão na estrutura de saneamento e de água encanada, que terá mais de 800 bilhões de reais de investimentos vindos do setor privado”.

O presidente do Conselho Diretor da Abiclor, Mauricio Russomanno, afirmou que o novo marco gera oportunidades na química e é uma ferramenta para ajudar na retomada da economia do País. “Ele afetará diversas cadeias produtivas e deve gerar empregos na indústria química e na construção civil. Temos 542 mil quilômetros de tubulações, a estimativa é que precisaremos de 620 mil novos quilômetros de tubulações e reparar 380 mil quilômetros já existentes. Além disso, 40% da água é perdida no transporte, precisamos procurar soluções para reduzir essas perdas e produzir cerca de 700 mil toneladas de cloro adicionais, equivalente a produção de duas fábricas de cloro, para atender as novas demandas”.

O diretor executivo da Abcon, Percy Soares Neto, elogiou a criação dos blocos regionais para a prestação de serviços, que envolvem municípios grandes, ricos e rentáveis e municípios pobres e ressaltou a ação do parlamento e da Sepec em acabar com os contratos de programa e construir uma legislação corajosa. “A entrada do setor privado é muito boa, pois o mercado ficará mais objetivo e direto para as empresas que fornecem para a cadeia de saneamento”. O secretário Especial, Carlos Da Costa, explicou que com o novo marco legal será possível ter uma gestão de consequência, na qual as empresas precisam fornecer água de qualidade e manter os rios limpos, caso contrário a empresa pode perder a concessão e ceder espaço para outra que tenha competência e recursos. “Tudo foi construído buscando o melhor para a população brasileira”.

Sobre o funcionamento dos contratos de concessão, Carlos Da Costa lembrou que já existe uma predominância de concessionárias privadas nas regiões mais pobres do País. “Aprovamos o conceito de regiões com diferentes tipos de municípios com condições de hidrográficas, que serão formadas pelos estados com o apoio do governo federal”. Sobre a atração de novas empresas para o setor de saneamento, o secretário explicou que as pessoas precisam e pagam pelo saneamento, pois necessitam de condições mínimas de higiene, além disso o serviço é contínuo e sofre menos pressão por mudanças nas condições econômicas, o segmento ainda tem planejamento e é conhecido por muitos investidores. “Portanto, ele é muito atrativo para receber investimentos. Lembrando que haverá apoio para as pessoas mais pobres com tarifas sociais”.

Segundo Percy Soares Neto, da Abcon, atualmente 40% das operações do setor privado são em municípios com menos de 20 mil habitantes, se forem considerados os municípios com menos de 50 mil habitantes, esse dado chega a 60%. “Há uma crescente demanda de municípios da região norte, que foram buscar parceiros privados, pois não tinham o serviço. O setor é regulado e possui tarifa social determinado por uma agência reguladora. O Estado cuida do saneamento por meio da política pública e regulação e o novo marco traz a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) para fortalecer a regulação. Em nenhum momento o cidadão ficará

desprotegido do estado. A população não foi esquecida, pois terá regulação e tarifa social”.

A promoção da educação com a expansão do saneamento básico e a redução dos custos de saúde também foram abordados na live. O secretário Especial, Carlos Alexandre Da Costa, ressaltou que o saneamento salva vidas: “morrem atualmente 15 bebês por dia por falta de saneamento, serão vidas salvas por meio do saneamento”. Já o presidente do Conselho Diretor da Abiclor, Mauricio Russomano, explicou que em comunidades carentes as crianças faltam muito às escolas por falta de saneamento básico e isso a médio e longo prazo gera desigualdade social e lembrou: “para cada dólar investido em saneamento é possível economizar de quatro a seis dólares em saúde pública”.

Durante a live, Da Costa também ressaltou que o País está na fase final da aprovação do marco legal do gás natural. “Ele vai gerar milhões de empregos e revolucionará a indústria brasileira. O gás barato é um dos pilares da reindustrialização”.

A live “Novo Marco Legal do Saneamento” teve moderação do presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, e da gerente de Comunicação da Associação, Camila Matos.

Perguntas dos internautas

Durante a live também foram recebidas perguntas via chat não respondidas ao vivo. As respostas seguem abaixo:

Pergunta: Haverá uma diferenciação através de tarifas sociais para as populações mais pobres? Quem subsidiará essas tarifas?

Resposta da Sepec: A adoção de tarifas sociais é muito importante para garantir o atendimento da população de baixa renda, especialmente em um setor tão sensível para o bem-estar e saúde da população como é o setor de saneamento. Os mecanismos a serem adotado para sua viabilização serão objeto de regulamentação por parte da ANA.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: Sim, praticamente em todos os locais onde há áreas mais vulneráveis, os operadores possuem algum tipo de tarifa social e que continua normalmente na nova Lei. Essas tarifas são para famílias de baixa renda e normalmente contemplam um consumo de até 10 m³. As tarifas sociais são subsidiadas pelas tarifas cobradas no restante da cidade, que normalmente consome mais e paga tarifas mais altas à medida do aumento do consumo.

Pergunta: Quais serão os locais prioritários iniciais para as metas de universalização de 99% de cobertura para abastecimento de água e 90% de cobertura e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033?

Resposta da Sepec: Não há locais prioritários, o ideal é que todos avancem juntos. A velocidade da

universalização dependerá da contratualização do serviço com a inserção nesses contratos das metas de universalização.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: A prioridade deverá ser definida em cada local e debatida entre a empresa de saneamento e o município, devendo considerar o planejamento constante no Plano Municipal de Saneamento Básico (quando houver). Deve haver um entendimento de forma a considerar os projetos já em andamento, as possibilidades técnicas e as prioridades da cidade.

Pergunta: O Polo Petroquímico do Grande ABC já consome água de reuso desde 2012, que equivale ao consumo de água de uma cidade de 500 mil habitantes. Qual a perspectiva para o futuro dentro do marco legal?

Resposta da Sepec: Os parâmetros de ordem ambiental serão definidos em regulamentação infralegal, por meio da articulação da ANA com órgãos ambientais e outros associados ao tema nas diversas esferas administrativas.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: O novo marco legal busca estimular tecnologias alternativas para os casos onde isso seja possível e viável, tal como a água de reuso, dessalinização e outras. A resposta para uma demanda específica, no entanto, dependerá basicamente da demanda futura de água de que o Polo ou qualquer outro empreendimento precisará. Vários fatores precisam ser considerados, além da demanda, tais como a disponibilidade hídrica da região, a qualidade da água necessária ao Polo, o custo desta água, etc.

Pergunta: Existirá um apetite maior pelas concessionárias privadas na aquisição de concessionárias públicas de saneamento com o novo marco?

Resposta da Sepec: Existe expectativa de grande interesse privado na obtenção de concessões no setor de saneamento, dadas suas condições atuais de operação, em que se faz necessário aumento de sua eficiência e com perspectiva de crescimento necessária para propiciar a devida cobertura nos próximos anos.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: A aquisição de uma companhia dependerá primeiro da vontade (ou não) dos governadores em venderem estas empresas e não estamos vendo, até o momento, movimentos fortes neste sentido. Em havendo esta possibilidade, acreditamos, sim no interesse dos privados.

Pergunta: Existirão métricas pré-definidas para medir a eficácia dos serviços pelas empresas ganhadoras das licitações?

Resposta da Sepec: Os parâmetros de eficácia e outros associados serão objeto de estudo e aplicação por parte da ANA, nos processos de concessão dos blocos de prestação do serviço de saneamento.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: Sim, caberá à Agência Nacional de Águas e Saneamento

Básico (ANA) criar as normas de referência nacionais para que as agências reguladoras possam fiscalizar (de forma única) a eficácia dos serviços, as tarifas, os contratos, as perdas, etc.

Pergunta: A LEI 12. 305/2010, não foi implantada em todos os municípios até hoje no Brasil, bem como o saneamento básico, como será cobrado efetivamente aos municípios que cumpram a lei de saneamento?

Resposta da Sepec: Conforme regulamentação a ser definida pela agência responsável, a ANA, nos locais onde as empresas de saneamento não atingirem os quesitos estabelecidos nos contratos de concessão, será possível a substituição do agente prestador pela caducidade do contrato, situação anteriormente inviável face à vigência dos contratos de programa no atual formato. Esses contratos poderão persistir, mas condicionados às novas exigências estabelecidas pelo órgão regulador.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: Todas as empresas operadoras necessitarão divulgar, e serem aprovadas, metas de atingimento dos serviços de água e esgotos. Isso fará parte dos contratos e precisarão ser cumpridos, com o risco das empresas perderem esses contratos e nova licitação ser aberta.

Pergunta: Um país que recicla menos de 2% (WWF) dos resíduos plásticos que gera; que tem milhares de famílias que vivem em torno de lixões a céu aberto (e que pretende prolongar ainda mais essa situação); que trata menos de 50% de todo esgoto gerado, país em que mais de 95 milhões (47%) de brasileiros não têm acesso a esgoto, mais de 15 milhões não têm acesso a coleta de resíduos (e pela Agência Senado, esse número ultrapassa os 50 milhões). O país com mais de 15% dos brasileiros que não têm acesso à água é o mesmo que não contabiliza e/ou perde quase 40% da água potável na distribuição (Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento). Que boa gestão temos? Quem vai fazer uma boa gestão?

Resposta da Sepec: A proposta do novo marco do saneamento é de alterar este cenário, por meio do aumento dos ganhos de eficiência na prestação do serviço com a gestão privada, com a possibilidade de aplicação e mensuração de critérios de qualidade, ou mesmo de substituição do agente prestador do serviço em caso de seu não atingimento.

Resposta da Unipar com apoio do Instituto Trata Brasil: É justamente por conta disso que se aprovou a nova Lei do Saneamento, pelo estado super atrasado que o saneamento se encontra. A gestão do saneamento tem sido muito ruim, além da grande ineficiência do setor. A nova Lei busca tornar as metas mais rigorosas e aumentar o poder da Regulação sobre os serviços, as empresas e mesmo os municípios e Estados.

[Clique aqui](#) para assistir a live “Novo Marco Legal do Saneamento” no canal da Abiquim no YouTube.

Abiquim discute questões voltadas à comunicação no pós-pandemia

Evento idealizado pela Comissão de Imagem e Comunicação da entidade abordou os desafios e oportunidades nos âmbitos de imagem, reputação e tendências de comunicação corporativa

A Abiquim, juntamente com sua Comissão de Imagem e Comunicação, realizou nos dias 4, 5 e 6 de agosto uma série de lives sobre comunicação corporativa em seu canal no YouTube. O evento é realizado anualmente desde 2014, e neste ano aconteceu de forma virtual por conta da pandemia de Covid-19. Com o propósito de discutir os desafios e oportunidades das áreas de comunicação não só para o setor químico, mas para as organizações de um modo geral, o evento, nos três dias, foi assistido ao vivo por mais de 250 pessoas e teve participação de oito especialistas, entre profissionais de agências de comunicação, professores, representantes das indústrias química e automobilística.

Reprodução: YouTube/Abiquim



O primeiro dia, mediado pela gerente de Comunicação Corporativa Brasil da Dow Brasil e membro da Comissão de Imagem e Comunicação da Abiquim, Helena Alonso, teve como foco de discussão a nova realidade imposta pela pandemia para os setores de comunicação; ferramentas tecnológicas e mudanças no perfil do consumidor. Como palestrantes, estiveram presentes a especialista de Marketing e Comunicação da Nielsen Brasil, Angélica Vargas, e o sócio-diretor da Mídiaria.Com, Lucas Lima.

Reprodução: YouTube/Abiquim



As discussões do segundo dia giraram em torno do conteúdo, das tecnologias e das competências do profissional de comunicação no cenário de pandemia. Moderado pela *head* de Comunicação América Latina da

Clariant e coordenadora da Comissão de Imagem e Comunicação da Abiquim, Maria Isolina Noguerol. A live contou com a participação da vice-presidente Executiva da Ketchum Andrea Moraes; do diretor de Estratégia Digital e Comunicação da Midiaria.Com, Kleber Pinto; e do diretor presidente da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Paulo Nassar.

Reprodução: YouTube/Abiquim



Fechando as apresentações, o terceiro dia do evento, também moderado pela head da Clariant, contou com a presença da professora de Marca e Reputação da Fundação Dom Cabral, Ana Luísa de Castro Almeida; da fundadora e CEO da Ideafix Pesquisas Corporativas, Suzel Figueiredo; e da diretora de Comunicação e Sustentabilidade da Toyota para América Latina e Caribe e presidente da Fundação Toyota do Brasil, Viviane Mansi, que discutiram a gestão de reputação e seus desdobramentos dentro e fora das organizações.

As lives estão disponíveis no canal da Abiquim no Youtube: 1º Dia: [neste link](#) | 2º Dia: [neste link](#) | 3º Dia: [neste link](#).

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

CNPq e Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação realizam chamada pública para projetos que avaliam os impactos das mudanças climáticas no Brasil

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) lançaram a chamada pública “CNPq/MCTI Nº 23/2020 - Pesquisa e Desenvolvimento em Sustentabilidade Urbana e Regional” para apoiar projetos de sustentabilidade urbana e regional, que vão gerar informações e análises sobre os impactos das mudanças climáticas no País.

As inscrições para a chamada pública podem ser feitas até 14 de setembro e os projetos podem ser submetidos em três linhas temáticas: Riscos de impactos climáticos – voltada a setores como ecossistemas, zonas costeiras urbanas, saúde e infraestrutura de transporte nacional; Modelagem dos impactos da variabilidade climática – com foco em segurança alimentar, segurança hídrica, segurança energética, saúde humana, zonas costeiras

urbanas e infraestruturas nacionais de grande porte; e Abordagem por bioma aplicada a municípios ou regiões.

As propostas aprovadas receberão investimento total de R\$ 4,4 milhões e as informações geradas pelos projetos serão incorporadas à plataforma AdaptaBrasil MCTI, que terá a finalidade de facilitar a tomada de decisão de gestores públicos por meio de dados científicos.

[Clique aqui](#) para ler o regulamento completo da chamada pública “CNPq/MCTI Nº 23/2020 - Pesquisa e Desenvolvimento em Sustentabilidade Urbana e Regional”.

Mais informações com a gerente de Sustentabilidade da Abiquim, Aline Bressan, pelo e-mail: aline.bressan@abiquim.org.br.

SANEAMENTO

ANA premia iniciativas que contribuem com a segurança hídrica no Brasil

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) realiza o Prêmio ANA 2020 para reconhecer os trabalhos que contribuem para a segurança hídrica, gestão e uso sustentável das águas para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

As inscrições vão até 15 de agosto e a premiação está dividida em oito categorias: Governo; Empresas de Micro ou de Pequeno Porte; Empresas de Médio ou de Grande Porte; Educação; Pesquisa e Inovação Tecnológica; Organizações Cívicas; Comunicação; e Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

A Comissão Julgadora selecionará três iniciativas finalistas e a vencedora de cada uma das oito categorias com base nos seguintes critérios de avaliação: efetividade, inovação, impactos social e ambiental, potencial de difusão, sustentabilidade e adesão social.

As inscrições devem ser realizadas pelo hotsite do Prêmio ANA e não serão aceitos materiais em meio físico, já que a agência adota uma política de papel zero. Cada participante pode inscrever mais de uma iniciativa. Além disso, poderão ser apresentados trabalhos indicados por terceiros, desde que acompanhados de declaração assinada pelo indicado, concordando com a indicação e com o regulamento da premiação.

Os vencedores do Prêmio ANA 2020 receberão um troféu, em cerimônia de premiação, a ser realizada em Brasília. Os três finalistas de cada categoria receberão um certificado, atestando sua condição de finalista no concurso e participarão da solenidade de premiação. A agência arcará com as diárias e passagens dos finalistas para traslado no território nacional, para duas pessoas. Os finalistas e vencedores terão o direito de usar o Selo Prêmio ANA: Finalista e o Selo Prêmio ANA: Vencedor, respectivamente, nos materiais de divulgação impressa

ou eletrônica das iniciativas premiadas.

A divulgação dos finalistas será no dia 10 de novembro e o anúncio dos vencedores está previsto para dezembro.

[Clique aqui](#) para ler o regulamento completo e fazer sua inscrição.

Mais informações com a assessora de Comissões Setoriais e Normas Técnicas da Abiquim, Renata Fernandes Souza, pelo e-mail: renata.souza@abiquim.org.br.

LOGÍSTICA

Cadastro de fluxos de transportes de produtos perigosos é prorrogado, mais uma vez, para 30 de setembro

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) prorrogou para 30 de setembro o prazo para que os usuários façam o cadastramento das rotas rodoviárias de produtos e resíduos perigosos, realizadas em vias públicas no território nacional, conforme solicitado pela Instrução Normativa nº 9, de 25 de março. O prazo inicial para o cadastro era até 30 de junho, e no início de julho, havia sido prorrogado para 30 de agosto.

A nova prorrogação é decorrente da suspensão de acesso para a manutenção do Sistema de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (STRPP), que foi feita pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), no dia 17 de junho, o que impossibilitou aos expedidores, que já haviam iniciado o cadastramento de suas rotas, concluírem o preenchimento do cadastro.

Segundo informado pelo DNIT, não seria razoável exigir que os expedidores refizessem o cadastramento no sistema novo, que recebe apenas arquivos vetorizados - shapefile ou .kmz, pois a responsabilidade pelo fechamento do sistema aos acessos partiu do próprio IPR/DNIT 14 dias antes do fim do prazo, que era de 30 de junho.

Lembramos que a Instrução Normativa N° 9 traz as diretrizes sobre o cadastramento das rotas rodoviárias de produtos e resíduos perigosos, realizadas em vias públicas no território nacional. O cadastramento das rotas deve ser realizado pelo expedidor da carga; o cadastramento deverá ser realizado no ano subsequente à rota percorrida; o expedidor da carga, responsável pelo cadastramento das rotas, deve inicialmente efetuar seu cadastro no (STRPP), e após efetuar o cadastro, deverá preencher os dados solicitados no sistema e enviar todas as rotas ao DNIT; e devem ser cadastradas todas as rodovias percorridas entre a origem e o destino de cada rota, sejam federais e/ou estaduais.

[Clique aqui](#) para ler a Instrução Normativa nº 9 do DNIT

[Clique aqui](#) para ler o aviso de prorrogação no prazo de cadastramento no site do DNIT.

Mais informações com o assessor de Assuntos Técnicos da Abiquim, Rodrigo Falato, pelo e-mail: rodrigo.falato@abiquim.org.br.

EDUCAÇÃO

SENAI Mario Amato abre inscrições para cursos de pós-graduação na área química

O SENAI Mario Amato, em São Bernardo do Campo/SP, está com as inscrições abertas para os cursos de pós-graduação em Engenharia de Polímeros e Análise Instrumental Avançada.

O curso de Engenharia de Polímeros foca no estudo de diversos tipos de processamento de polímeros estabelecendo conexões com os produtos plásticos a sua aplicabilidade às necessidades das empresas produtoras ou transformadoras de polímeros. O curso de Análise Instrumental Avançada capacita profissionais que trabalham com equipamentos analíticos variados e com a qualidade dos métodos e análises.

Os dois cursos têm carga horária de 360 horas, cumpridas em 18 meses, além da necessidade de entrega de monografia. As aulas são realizadas aos sábados das 9 às 16 horas.

Mais informações pelo e-mail: faculdade116@sp.senai.br ou pelo número (11) 4344-5034 ou (11) 4344-5005.

[Clique aqui](#) para ver a grade curricular dos cursos e fazer sua inscrição.



A indústria química realiza esforços para aumentar a eficiência no uso de energia térmica e elétrica. As iniciativas de autoprodução e cogeração de energia elétrica possibilitam o reaproveitamento energético das reações exotérmicas dos processos produtivos e a produção conjunta de vapor e energia elétrica, aumentando a eficiência no uso dos combustíveis. O consumo de energia elétrica por tonelada produzida pela indústria química caiu 11% de 2006 a 2018.

Fonte: [Relatório de Desempenho Indicadores do Programa Atuação Responsável® ano base 2018](#)



Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)



- ✓ [Gaúcha ZH – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [Meon – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [MixVale – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [Tribuna do Sertão – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [A Crítica – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [Correio – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [Mercado News – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)
- ✓ [Diário do Grande ABC – Produção de químicos de uso industrial sobe 11,26% em junho, diz Abiquim](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

[The Chemours Company nomeia Claudia Antunes como a nova diretora-presidente da Chemours Brasil](#)

[intoCleaning é a plataforma da Evonik destinada aos clientes da indústria da limpeza](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES*

Reuniões programadas nos dias 12 a 17 de agosto

12 de agosto

10h00 – Comissão Setorial de EPS

14h00 – Comissão de Produtos Renováveis

13 de agosto

09h00 – Comissão Temática de Saúde, Segurança e Higiene do Trabalhador

*todas as reuniões serão realizadas por videoconferência

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).
